

Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

00.497.560/0001-01

Nome da instituição

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Setor

Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

Luana do Amaral Nunes Lara

Telefone

(61)3313-9136

E-mailaspre-adm@stm.jus.br**Destinatário:****Nome**

Ministra ROSA WEBER

Setor

Presidência

Descrição do documento

Referente ao SEI CNJ nº 04949/2023.

OFÍCIO PRSTM - Nº 3258207, de 20 de junho de 2023, que trata da Adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.

Anexos

SEI_003068_23_00.199 - Pacto.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SEP/SEPRE-ADM

OFÍCIO PRSTM - Nº 3258207

Brasília, 20 de junho de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
Ministra **ROSA WEBER**
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Conselho Nacional de Justiça
SAF SUL, Quadra 2, lotes 5/6, Blocos E e F
70070-600 - Brasília - DF

Assunto: **Adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.**

SEI CNJ nº 04949/2023.

Senhora Presidente,

1. Cumprimentando-a cordialmente, e em resposta aos termos do Ofício CNJ nº 777/DM, de 15 de maio de 2023, encaminho a V.Exa. o Acordo de Cooperação nº 01/2023, em anexo, que trata da adesão deste Superior Tribunal Militar ao Termo de Cooperação Técnica nº 19/2022, sob a égide do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.

2. Ao ensejo, renovo meus votos de consideração e estima.

Tenente-Brigadeiro do Ar **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO**
Ministro-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 20/06/2023, às 18:40 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3258207** e o código CRC **853287E4**.



PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

NACIONAL DE JUSTIÇA

CONSELHO

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01 / 2023.

**TERMO DE
ADESÃO AO
TERMO DE
COOPERAÇÃO
TÉCNICA
N.
19/2022,
SOB A
ÉGIDE DO
PACTO
NACIONAL
DO
JUDICIÁRIO
PELOS
DIREITOS
HUMANOS.**

O **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, neste ato representado por seu Presidente, Tenente-Brigadeiro do Ar **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO**, portador do CPF nº 715.463.598-34 e Identidade Militar nº 220.663, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas no art. 9º, inciso III, da [Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992](#), c/c o art. 6º, incisos XXXVII e XLIV, do Regimento Interno do STM, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica n. 19/2022, sob a égide do **Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos**, mediante cooperação técnica e operacional com vistas à adoção de medidas variadas voltadas para a concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário.

O Presidente, Tenente-Brigadeiro do Ar **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO**, declara firme vontade de desenvolver ações para a proteção e promoção dos Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, em conformidade com a Recomendação CNJ nº 123, de 7 de janeiro de 2022, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância dos tratados internacionais de Direitos Humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a necessidade de controle de convencionalidade (artigo 1º, I da Recomendação n. 123/2022).

O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a promoção da cultura de Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, no Poder Judiciário.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: o Superior Tribunal Militar buscará desenvolver ações coordenadas com o Conselho Nacional de Justiça visando à efetividade e qualidade da concretização dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário, com especial enfoque no controle de convencionalidade.

2. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento a Sra. ISABELLA FONSECA HILÁRIO VAZ, Secretária-Executiva da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM), Cédula de Identidade nº 4.847.752/G0, CPF nº 022.377.021-36, endereço eletrônico: enajum@stm.jus.br, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas na Cláusula 4.2 do Presente Termo de Adesão.

3. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura.

4. RESPONSABILIDADES:

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

- 4.1.1 Coordenar, executar e supervisionar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;
- 4.1.2 Promover a articulação entre os órgãos do Poder Judiciário e os partícipes, com vistas à realização das ações objeto do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos;
- 4.1.3 Auxiliar no planejamento e no desenvolvimento de cursos de capacitação realizados em parceria com a Enfam sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;
- 4.1.4 Fomentar a participação dos tribunais nos cursos de capacitação sobre o tema de Direitos Humanos, com enfoque no controle de convencionalidade;
- 4.1.5 Intercambiar documentos e apoio técnico-institucional necessários à execução do objeto;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pela articulação institucional com as Escolas Judiciais Estaduais e Federais, ENFAM, Corte Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Interamericana e o Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law para a realização de ações de capacitação destinadas a magistrados e magistradas, bem como para servidores e servidoras do Sistema de Justiça Brasileiro;
- 4.1.7 Disponibilizar aos partícipes as pesquisas e cartilhas produzidas por meio das ações do projeto;
- 4.1.8 Divulgar as ações do projeto e os respectivos resultados obtidos.

4.2 São responsabilidades gerais do Superior Tribunal Militar:

- 4.2.1 Indicar, conforme a respectiva área de atuação de cada partícipe, pessoal técnico para auxiliar a equipe do CNJ nas atividades de planejamento de seminários, de cursos de capacitação e da campanha de divulgação das ações;
- 4.2.2 Prestar apoio logístico, sempre que possível, nas plataformas virtuais e nos locais de realização dos seminários e cursos;
- 4.2.3 Divulgar as peças de comunicação disponibilizadas pelo CNJ (meio físico e eletrônico);
- 4.2.4 Viabilizar a participação dos profissionais que compõem sua força de trabalho nos seminários e nos cursos de capacitação presencial;
- 4.2.5 Fomentar medidas visando à inclusão da disciplina de Direitos Humanos nos editais dos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura, com

destaque ao sistema interamericano, jurisprudência da Corte Interamericana, controle de convencionalidade, jurisprudência do STF em matéria de tratados de Direitos Humanos e diálogos jurisdicionais;

4.2.6 Divulgar as ações do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos e os respectivos resultados obtidos.

5. **PUBLICAÇÃO:** O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Tenente-Brigadeiro do Ar **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO**
Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar

Ministro Dr. **ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA**
Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 20/06/2023, às 18:40 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, DIRETOR DA ENAJUM**, em 22/06/2023, às 17:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3218531** e o código CRC **E1FE846F**.

3218531v17

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF -
<http://www.stm.jus.br/>